

EDUCAÇÃO AMBIENTAL INCLUSIVA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA CIDADE DE MOSSORÓ - RN

Renata Fernandes de Oliveira¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e-mail: renatinhafe@hotmail.com

Thiago Fernando de Queiroz²

Universidade Potiguar – UNP e-mail: thiago-f-queiroz@hotmail.com

Diego Nathan do Nascimento Souza⁴; Ramiro Gustavo Valera Camacho⁴;

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN e-mail:ramirogustavovc@gmail.com

Resumo

Este trabalho busca propiciar o conhecimento acerca da educação ambiental em uma ótica inclusiva para pessoas com deficiência visual da Associação dos Deficientes Visuais de Mossoró - ADVM no município de Mossoró – RN. Foi realizado uma oficina pedagógica onde permitiu que as pessoas com deficiência visual dessa entidade tivessem o contato com a Biodiversidade do Bioma Caatinga: plantas e pássaros da região. Esse contato trouxe a esses sujeitos uma visão mais abrangente sobre o meio ambiente, educação ambiental, desenvolvimento sustentável e também propiciou que eles pudessem conhecer o bioma em que vive mediante aos demais sentidos. Deste modo, identificou-se que os associados tiveram pouco acesso ao conhecimento da educação ambiental ao longo da vida, e, que essa oficina foi um propulsor de conhecimentos no que tange ao meio ambiente, ao qual, os envaideceu de um senso de responsabilidade com o meio ambiente em que vivem.

Palavras-Chaves: Educação Ambiental; Pessoas com Deficiência Visual; Inclusão; Semiárido.

INTRODUÇÃO

A luta pela inclusão das pessoas com deficiência visual tem aumentado nos últimos anos, principalmente pelas políticas de inclusão que na atualidade tem sido aplicada. Isso propiciou uma maior inserção desses sujeitos nas escolas regulares e em ensino superiores, tornando um grande desafio para os educadores, que muitas das vezes não sabem como trabalhar a inclusão.

Esse desafio torna-se maior quando se aborda sobre a educação ambiental de forma inclusiva, pois, a falta de acessibilidade impossibilita a interação dos mesmos com o meio ambiente, tornando-os excluídos ao acesso a informação ao que concerne ao meio ambiente.

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

A Constituição Federal Brasil, 1988 no seu artigo 225, assegura um ambiente saudável a todos. Em Brasil, 1999, Governo Federal implementou a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, PRONEA, e dá outras providências, esta lei declara que a educação ambiental deve ser implementada em todos os níveis e idades, sendo responsabilidade do estado e instituições não-governamentais implementar essa educação através de projetos que envolvam jovens, crianças, índios e pessoas com deficiência, tendo como objetivo ajudar no fortalecimento da cidadania, englobando garantias dos direitos políticos e sociais de todos os indivíduos da sociedade.

Diante do contexto em tela, a educação ambiental deve ser acessível a todos os cidadãos, sem qualquer tipo de distinção. Entretanto, na prática, as pessoas com deficiência visual encontram uma série de barreiras que, por vezes, dificultam ou até mesmo, impedem que usufruam de tais direitos, contribuindo para gerar uma relação de desigualdade entre elas e os demais indivíduos. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010 cerca de 45 milhões de brasileiros se declaram com algum tipo de deficiência. Esse número representa 24% da população brasileira. Dentre os tipos de deficiência, a visual é o mais representativo e atinge 35.774.392 pessoas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde – OMS (2003), cerca de 1% da população mundial apresenta algum grau de deficiência visual. Mais de 90% encontram-se nos países em desenvolvimento. No Brasil, existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 528 mil de pessoas cegas, que corresponde a 8%, e seis milhões ou 92% com baixa visão.

Como elenca Hennig (2009) a deficiência visual pode ser considerada como a perda ou redução de capacidade visual, que não pode ser corrigida com acompanhamento oftalmológico e com dispositivos óticos, tratamento clínico ou cirúrgico.

Vale destacar que na cidade de Mossoró – RN, de acordo com o censo do IBGE de 2010, que foi o último censo realizado, havia 444 pessoas cegas, 10.221 pessoas com baixa-visão e 41.346 pessoas com algum tipo de dificuldade visual. Dentre essa população, mais de 100 pessoas, entre cegas e com baixa-visão, são assistidas pela Associação dos Deficientes Visuais de Mossoró – ADVM.

Ao ter o contato com essas pessoas, foi identificado que as mesmas não tiveram muito acesso a uma educação ambiental, e, que não conheciam os biomas existentes na região onde moravam. Ao identificar essa questão, que foi proposto realizar uma oficina pedagógica sobre a temática da educação ambiental, com o desafio de levar a esses sujeitos

conhecimento acerca do bioma da caatinga e demonstrar suas riquezas, ampliando assim o conhecimento de meio ambiente, do desenvolvimento sustentável e da importância de zelar pelo ambiente em que vive.

Como elucidada Candau (1995), a oficina constitui um espaço de construção coletiva do conhecimento, de análise da realidade, de um confronto e troca de experiências. Portanto, as oficinas pedagógicas possibilitam um processo educativo composto de sensibilização, compreensão, reflexão, análise, ação e avaliação.

No aspecto do conhecimento ambiental, Maciel et al (2010) destaca o interesse em trabalhar as questões ecológicas, incluindo o público com deficiência, estimulando a prática de atividades em áreas naturais, como exercícios físicos, recreação e contemplação da natureza, proporcionando a promoção da autoestima e socialização dessas pessoas.

Esta iniciativa influencia a formação de um indivíduo com valores sociais, com conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a conservação, bem como o uso sustentável do meio ambiente e de uma visão holística sobre os espaços que compõe a cidade.

O contato com o meio ambiente deve ser estimulado desde a infância, pois, possibilita um novo aprendizado do mundo. Gil (2000, pág, 24) afirma que “as mãos são os olhos das pessoas com deficiência visual”, por este viés que a educação ambiental deve ser trabalhada visando os demais sentidos, para que desta forma possa haver um contato real com o meio ambiente.

A criança com deficiência visual aprende ao usar o seu tato para entender os objetos, assim, a principal função é despertar a percepção e compreensão do ambiente. Vygotsky (1998, pág. 137), outro autor que destaca a importância de estimular a aprendizagem nas crianças, afirma que “(...) o aprendizado das crianças começa muito antes de frequentarem a escola”.

Desta forma, ao levar esse conhecimento as crianças com deficiência visual e os associados da ADVIM, permitirá um novo vislumbrar sobre os aspectos ambientais. É fazendo a junção dessas informações que essa pesquisa foi desenvolvida, para propiciar a esses sujeitos a oportunidade de conhecerem de fato o local onde vivem, além de ter o acesso a educação ambiental de forma inclusiva.

METODOLOGIA

Esse trabalho buscou levar a importância da educação ambiental de forma inclusiva para pessoas com deficiência visual. Através de uma metodologia aplicada: oficina pedagógica, onde foi demonstrado plantas e suas partes, frutos e sementes da região do Alto Oeste potiguar, destacando que o bioma dessa região é a caatinga. Nessa oficina também foi demonstrado o canto dos pássaros, para que esses sujeitos pudessem identificar pelo som os pássaros da região.

Para essa metodologia, é fundamental a criatividade, a sensibilidade, a amorosidade, a alegria, o envolvimento do educador que expõe a informação. Na oficina pedagógica, educadores e educandos são co-criadores na produção do conhecimento, promovendo a ação coletiva, e, potencializando o espírito crítico e participativo. Ainda possibilita condições para uma maior interação entre participantes da comunidade atendida e da universidade. (FIGUEIREDO et al, 2006)

A oficina foi realizada com a equipe pedagógica da Associação dos Deficientes Visuais de Mossoró – ADVM e com 17 associados, sendo 8 homens, 6 mulheres e 3 crianças. Foi efetuada em três momentos, em primeiro instante foi mostrada através de uma palestra as riquezas do Bioma Caatinga e a importância do mesmo ser preservado e no segundo momento, os associados plantaram em vasos, e adotaram plantas juntamente com a equipe pedagógica para acompanhar o desenvolvimento e o seu crescimento podendo assim, trabalhar de maneira interdisciplinar. No terceiro instante foi feita uma breve introdução sobre o Bioma Caatinga com apresentação de exemplares deste Bioma, através da carpoteca e xiloteca, construídos pela pesquisadora, estimulando o conhecimento de várias plantas e sementes através do tato e olfato. Os associados foram estimulados através de sua audição com uma seleção de cantos de pássaros do Bioma Caatinga reproduzidos por um CD, levando o aluno a identificar os cantos das diferentes aves. No final da oficina cada aluno confeccionou um vaso feito de garrafas pet para plantar uma semente. O aluno foi instruído a observar o desenvolvimento de sua planta e trazer para sala de aula com 30 dias relatando sua experiência. A oficina promove a integração da pessoa com deficiência com o meio ambiente, de forma harmônica e equitativa; derrubando a barreira da deficiência, mostrando que existem inúmeras iniciativas que estimulam à inclusão do conhecimento dos biomas. Deste modo, as belezas naturais que geralmente são apreciadas com os olhos, podem ser também apreciadas pela audição, pelo tato, pelo olfato, utilizando os sentidos que tem para apreciar essa riqueza, o meio ambiente.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, com a finalidade foi levar a esses sujeitos a importância do contato com os biomas, de vivenciar experiências e de se sentir parte do meio ambiente. No tocante a essas vivências e experiências, buscou-se dados através de um questionário com 6 associados. Para Neves (1996, pág. 1) a pesquisa qualitativa, “dela faz parte à obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com a ação objeto de estudo”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo do ensino da educação ambiental para as pessoas com deficiência visual no Brasil ainda é um grande desafio é preciso destacar que ainda há um longo caminho a percorrer no sentido da concretização da inclusão para esse conhecimento. Mesmo com marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996), a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009) e a própria Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), o acesso a esse conhecimento na rede regular de ensino não é adequado a necessidades dessa população. Aranha (2005, p.05) em seus estudos destaca que:

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela consequente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da História da Humanidade foram se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência. A forma de pensar e por consequência a forma de agir com relação à deficiência enquanto fenômeno e à pessoa com necessidades educacionais especiais enquanto ser modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio históricas.

Diante do contexto em tela, percebe-se que o acesso à educação ambiental ainda é limitado para as pessoas com deficiência em um modo geral. Isso ficou notório pelo contato com os associados da ADVM e pelo questionário aplicado.

A APLICAÇÃO DA OFICINA

Ao final da oficina pode-se observar que os associados e equipe pedagógica passaram a ter uma maior consciência ambiental, sentindo-se parte integrante do meio ambiente aumentando sua interação com este. Permitiu que os participantes refletissem sobre os temas educação ambiental inclusiva, bioma caatinga e recursos naturais trazendo uma

alfabetização ecológica. Constatou-se que os associados passaram a cultivar plantas em suas residências e refletir sobre sua participação na preservação do bioma caatinga.

A pesquisa permitiu identificar as necessidades dos associados motivando a equipe pedagógica desenvolver trabalhos de educação ambiental na associação.

Conclui-se que a maior dificuldade é dizimar o pensamento de que as deficiências são barreiras para o contato e interação com o ambiente natural, bem como o acesso a bens e serviços ambientais. Portanto cabe às instituições e a sociedade estimular também a inclusão, o respeito à diversidade, e o desenvolvimento da percepção ambiental

Além de educar e trazer para os associados conhecimentos sobre o Bioma regional, características e contato das plantas desse Bioma, foi promovido um momento único, em que se se percebe a satisfação dos participantes promovendo a autoestima e socialização. Maciel et al (2010) destacam a importância de realizar esse trabalho com o público de pessoas com deficiência, pois estimula a reflexão sobre sensibilização e o sentido mais íntimo de educação ambiental. Muitas vezes a deficiência é vista como barreira para o contato com a natureza.

PERCEPÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Dos membros da Associação dos Deficientes Visuais de Mossoró - ADVM que responderam o questionário, 3 eram mulheres e 3 eram homens. Apenas 4 pessoas terminaram o ensino médio, e, deste grupo, apenas uma tinha o ensino superior completo, 1 associado tem ensino médio incompleto e 1 tem o ensino fundamental incompleto.

Ao ser perguntado o que era meio ambiente, 33,33% dos associados da ADVM afirmam que meio ambiente são “Plantas e animais” e 66,66% afirmam que meio ambiente é “Natureza que me rodeia”. Essa é uma visão restrita que evidencia apenas elementos naturais, remetendo a ideia de um ambiente que não é alterado pelo ser humano. Esta é uma visão incompleta, pois simplifica o conceito de meio ambiente remetendo a uma concepção de natureza apresentando apenas suas características originais. Isso demonstra que estes associados não incluem o ser humano, ou seja, eles mesmos como parte do meio ambiente, comprovando a falta de ações educativas que os incluam.

Foi perguntado para os associados o que era educação inclusiva, 33,33% responderam não saber responder e 66,66% definiram que a educação ambiental são ações de preservação do meio ambiente, mostrando alguma percepção acerca do assunto.

Quando abordado se a associação promove ações de educação ambiental, 4 associados disseram que não e 2 disseram que sim. Os que responderam positivamente, foi através de um evento que ocorreu com a parceria da ADVIM com o Centro de Apoio a Pessoa com Deficiência Visual de Mossoró – CADV.

A última pergunta foi relacionada sobre qual a relação da acessibilidade com a educação ambiental? Praticamente unânimes, argumentaram que as barreiras que existe acerca da ausência de materiais palpáveis, implica diretamente na compreensão do que é argumentado em salas de aula quando discentes da área de biologia explica tal assunto. Também foi enfatizado que a poluição sonora é um dos fatores que implica na locomoção, haja vista que as pessoas com deficiência visual em sua maioria, se localizam pela audição. Outro aspecto abordado, foi o desrespeito por parte da sociedade que jogam lixos nas ruas, impedindo uma locomoção viável.

CONCLUSÃO

Além de educar e trazer para os deficientes visuais o conhecimento sobre os biomas da região, como plantas específicas e pássaros, foi promovido um momento único, em que se percebe a satisfação dos participantes, ao ser promovido a autoestima e socialização.

Dada à relevância da inclusão social das pessoas com deficiência visual na sociedade, conciliada a importância do acesso à educação ambiental e ao meio ambiente saudável, o presente trabalho visa realizar um diagnóstico da associação dos deficientes visuais na cidade de Mossoró, sobre a percepção dos ser humano em relação ao meio ambiente que vivem e sua interação com este.

Dessa forma, essa oficina pedagógica propiciou uma interatividade desses sujeitos com o seu bioma local, desenvolvendo um entendimento nesses sujeitos da importância de preservar os biomas e compreender o seu papel social para preservar o seu ambiente. Sintetizando, foi permitido que as pessoas que estiveram nessa oficina, pudessem conhecer os biomas por meio do tato, olfato e audição.



REFERÊNCIA

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999. **Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.**

CANDAU, V M. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos** . 2ª ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1995.

FIGUEIREDO, Maria do Amparo Caetano de, et al. Metodologia da Oficina Pedagógica: Uma Experiência de Extensão com Crianças e Adolescentes. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/extensaocidade/article/download/1349/1022>> Acesso em: 02 de agosto de 2018.

GIL, M. (Org). **Caderno da TV Escola: Deficiência Visual.** Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. 2000.

HENNING, V. F. A. **A inclusão de pessoas com deficiência visual. Especialização.** Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010.**

MACIEL, J. L.; WACHHOLZ, C. B.; ALMINHANA, C. O.; BITAR, P. G.; MUHLE, R. P. **Metodologias de uma Educação Ambiental Inclusiva.** Revista virtual EGP. Porto Alegre. v.1, n. 1, 2010.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisa em Administração., São Paulo, v 1. n. 3, p. 1-5, sem. 1996.

OMS, Organização Mundial da Saúde. CIF: classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. São Paulo: Edusp; 2003.

VYGOSTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** Martins Fontes - São Paulo. 5ª edição, 1994.





III CINTEDI



(83) 3322.3222
contato@cintedi.com.br
www.cintedi.com.br